2 — Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito

3 — Categoria profissional atual:

Técnica da Administração Tributária, nível 2

4 — Experiência profissional:

Desde fevereiro de 2014 — a exercer o cargo de Diretora de Finanças Adjunta, em regime de substituição, para as áreas da Inspeção Tributária e Gestão Tributária.

Diretora de Finanças de Viana do Castelo, de 2012 a 2014.

Chefe da Divisão da Justiça Tributária da Direção de Finanças Viseu, de 2011 a 2012.

Coordenadora da Equipa de Apoio ao Serviço de Execuções Fiscais (EASEF) da Direção de Finanças de Viseu desde abril de 2002 a 2011.

Coordenadora de equipa de PRESFED nos seguintes SLFs:

2007 — SLF do Porto 1 (distrito do Porto);
2008 — SLFs de Lisboa 2 e 3 (distrito Lisboa);
2009 — SLF de Cascais 1 (distrito Lisboa).

Coordenadora da V equipa da DADE (Divisão Acompanhamento de Devedores Estratégicos) da Direção de Finanças de Lisboa, no âmbito do PAGIDE/2010.

Coordenadora de equipa de PRESFED/2011, para a DF do Porto. Coordenadora/Orientadora do Centro de Estágio da Direção de Finanças de Viseu para Inspetores Tributários, desde 2015.

Formadora do Centro de Formação da ATA na área da Justiça Tributário desde 2002.

Representante da Fazenda Pública, desde 2011.

5 — Formação complementar

Cursos vários de formação nos domínios de direito tributário, pela ATA.

Cursos vários nos domínios de gestão e liderança, pela ATA.

Cursos vários nos domínios das aplicações informáticas da Justiça Tributária, pela ATA.

Cursos vários de formação para formadores na área da Justiça Tributária, pela ATA.

Curso — FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública (duração 190 horas), pelo INA — Instituto Nacional de Administração, IP.

Curso Contabilidade para Jurista — Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF) da Faculdade de Direito de Lisboa.

Autora de conteúdos de formação na área da Justiça Tributária.

209323832

# DEFESA NACIONAL

## Polícia Judiciária Militar

### Louvor n.º 19/2016

Louvo o NII 9311713 2MAR RC Diogo José da Silva Narciso, pela forma extremamente competente e dedicada como, no decorrer dos últimos vinte meses, exerceu funções no setor de Recursos Financeiros da UATA, antes de regressar à Marinha, para efetuar comissão de embarque.

Tendo como missão operar o SIG/DN (Sistema Integrado de Gestão), com inserção de dados informáticos, executar o controlo e gestão orçamental, bem como, a realização de cabimentações, cativações, compromissos, pagamentos e elaboração de PAP's, sempre revelou uma elevada competência, no âmbito técnico profissional, no desempenho de todas as suas atribuições. Durante a sua diligência nesta PJM, auxiliou ainda na elaboração do orçamento desta Polícia e posterior inserção nas respetivas plataformas, revelando um grande rigor e sensibilidade, demonstrada no cuidado trato dos assuntos.

Soube, de forma hábil, fazer uso da aprendizagem que adquiriu ao longo do tempo de serviço que prestou no setor de Recursos Financeiros, partilhando-a com todos com quem trabalhou, granjeando assim, respeito e admiração, contribuindo para a criação e manutenção de um bom clima de trabalho, e consequentemente, confirmando as suas relevantes qualidades pessoais, preponderantes para que seja reconhecido como uma pessoa de confiança e um prestimoso auxiliar.

Por tudo quanto antes foi mencionado e pelos acentuados dotes de caráter, impõe-se que o 2MAR RC Diogo Narciso, seja reconhecido como uma Praça de cimeira dignidade, sendo credor da estima e consideração de todos os que com ele privaram, contribuindo com o seu desempenho para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Polícia Judiciária Militar.

28 de janeiro de 2016. — O Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar, *Luís Augusto Vieira,* Coronel.

209325266

# ADMINISTRAÇÃO INTERNA

## Guarda Nacional Republicana

### Comando Territorial de Coimbra

### Despacho n.º 2301/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da faculdade que me foi conferida pela alínea *b*) do n.º 2 do Despacho n.º 8319/2014, do Exmo. Tenente-General Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 121, de 26 de junho de 2014, subdelego na Comandante do Destacamento Territorial de Lousã, em Suplência, Tenente de infantaria, Lígia Elena Domingues dos Santos, a competência para assinatura de guias de marcha e guias de transporte.

2 — A subdelegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo do poder de avocação e superintendência.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 11 de janeiro de 2016.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 164.º, do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os atos praticados, no âmbito das matérias ora delegadas, até à sua publicação no *Diário da República.*

13 de janeiro de 2016. — O Comandante do Comando Territorial de Coimbra, *João Paulo Simões Pedro Seguro,* Coronel.

209325128

# JUSTIÇA

## Gabinete da Ministra

### Despacho n.º 2302/2016

Considerando que, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro, e dos artigos 3.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2012, de 31 de julho, a Direção-Geral da Administração da Justiça é dirigida por um diretor-geral, coadjuvado por dois subdiretores-gerais, cargos de direção superior de 1.º e 2.º graus, respetivamente;

Considerando ainda que, nos termos do n.º 6 do artigo 1.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com última redação da Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, os titulares de cargos de direção superior dos serviços e organismos do Ministério da Justiça que devam ser providos por magistrados judiciais ou por magistrados do Ministério Público são designados por despacho do membro do Governo responsável pela área da justiça;

Considerando igualmente que foi obtida a necessária autorização junto do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e importando assegurar a efetiva direção dos serviços da administração direta do Estado integrados no Ministério da Justiça na presente fase de particulares exigências no plano organizacional, sobretudo de reajustamento na organização judiciária, de gestão dos recursos humanos das secretarias judiciais, tudo em conjuntura orçamental e financeira de grande rigor, procede-se, através do presente despacho, à designação, em comissão de serviço, do titular do cargo dirigente de nível superior, de 1.º grau, de seguida identificado, que reúne os requisitos de competência técnica, aptidão e experiência profissional, conforme é demonstrado pela síntese curricular publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

Nestes termos e com estes fundamentos, designo:

1 — Para o lugar de Diretor-Geral da Administração da Justiça, previsto nos artigos 3.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 165/2012, de 31 de julho, o licenciado Luís Fernando Borges Freitas, Juiz de Direito.

2 — O designado fica autorizado a optar pelo vencimento base de origem, nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com última redação da Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro.

3 — O presente despacho produz efeitos a 3 de fevereiro de 2016.

2 de fevereiro de 2016. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem.*

**Nota Curricular**

1 — Elementos de identificação:

Nome: Luís Fernando Borges Freitas
Data de nascimento: 7.10.1962
Estado civil: casado

2 — Habilitações literárias:

Licenciatura em Direito (obtida em 1992, na Universidade Lusíada, com a média de 14 valores)

3 — Atividade profissional:

*a*) No setor privado: Revisor de imprensa (1979-1987)
*b*) Na Administração Pública:

1 — Oficial de justiça (1987-1993)
2 — Técnico superior jurista (1993-1994)
3 — Dirigente (1994-2010)

2007 — Nomeado Diretor de Serviços de Administração Judicial da Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ).
2001 — Nomeado Diretor de Serviços Jurídicos e de Cooperação Judiciária Internacional da DGAJ.
1997 — Nomeado Chefe de Divisão do Gabinete de Apoio Técnico-Jurídico da Direção-Geral dos Serviços Judiciários.
1996 — Nomeado Chefe da Divisão de Gestão Patrimonial e Financeira da Direção-Geral dos Serviços Judiciários, ficando a coordenar o Gabinete de Apoio Técnico-Jurídico.
1994 — Nomeado coordenador do Gabinete de Apoio Técnico-Jurídico da Direção-Geral dos Serviços Judiciários.

*c*) Na magistratura: desde 2010, sendo atualmente juiz de direito no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.
*d*) Funções docentes:

1 — Universidade Lusíada — assistente nas cadeiras de Finanças Públicas (1992- 1997) e de Introdução ao Estudo do Direito (1993-2001).
2 — Universidade Moderna — assistente na cadeira de Direito das Sucessões (1992-1995).
3 — Centro de Formação Permanente de Oficiais de Justiça (Regime Jurídico dos Funcionários de Justiça) (1994-2003).

4 — Publicações:

*Trabalho de menores*, Renovar, 1995
*A gestão administrativa dos tribunais*, Renovar, 1995
*Regime jurídico dos funcionários de justiça*, CFOJ, 1997
*A Administração Pública e os Tribunais*, CFOJ, 2001
*A Convenção da Haia sobre Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil e Comercial,* CFOJ, 2003
*Citações e notificações no âmbito da União Europeia*, CFOJ, 2003
*A Convenção da Haia relativa à Citação e à Notificação de Atos Judiciais e Extrajudiciais em Matérias Civil e Comercial*, CFOJ, 2003

5 — Participação em diversos processos legislativos:

Decreto-lei de implementação das comarcas piloto;
Regulamento da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto);
Programa Intercalar de Reorganização Judiciária 2006;
Portaria de alteração aos quadros de pessoal das secretarias dos tribunais e dos serviços do Ministério Público;
Regulamento do Procedimento de Admissão para Ingresso nas Carreiras do Grupo de Pessoal Oficial de Justiça;
Regulamento do Curso de Habilitação para Ingresso nas Carreiras do Grupo de Pessoal Oficial de Justiça;
Lei Orgânica da DGAJ;
Portaria definidora da estrutura nuclear da DGAJ;
Anteprojeto de decreto-lei regularizador da situação dos eventuais ao nível do suplemento remuneratório previsto no Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro;
Portaria dos quadros de pessoal das secretarias-gerais de execução;
Portaria de alteração aos quadros de pessoal das secretarias-gerais de injunção;
Anteprojeto de decreto-lei que regulamenta os ficheiros de dados de gestão processual automatizada dos Tribunais e serviços do Ministério Público e o ficheiro da DGAJ;
Portaria de alteração aos quadros de pessoal dos tribunais administrativos e fiscais;
Portaria de instalação dos juízos de execução de Lisboa e Porto;
Portaria de alteração à Portaria n.º 642/2004, de 16 de julho, relativa à prática de atos processuais por correio eletrónico;
Portaria de integração dos serviços de investigação criminal da Polícia Judiciária Militar no sistema do número único identificador de processo-crime (NUIPC);
Proposta de lei referente ao período de realização do Euro 2004;
Estatuto dos Funcionários de Justiça;
Regime de Recrutamento e Seleção de Peritos Avaliadores;
Regulamento da Prova de Acesso nas Carreiras de Pessoal Oficial de Justiça.

6 — Diversos:

Participação no Curso de Direito das Instituições Judiciárias, inserido no âmbito do XXIII Curso Normal de Formação para Magistrados, no qual apresentou uma comunicação subordinada ao tema Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais e Regulamento;
Participação no grupo de trabalho que elaborou a proposta de revisão do mapa judiciário nacional;
Participação no grupo de trabalho que elaborou a proposta de revisão do mapa judiciário (circunscrições experimentais) e do novo modelo de gestão dos tribunais;
Orador na Reunião Anual de 2002 da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial relativa à aplicação do Regulamento (CE) n.º 1348/2000 do Conselho, de 29.5.2000, relativo à citação e à notificação dos atos judiciais e extrajudiciais em matérias civil e comercial nos Estado-Membros;
Responsável, no âmbito do Ministério da Justiça, pela coordenação dos aspetos organizativos do Euro 2004;
Responsável pelo processo de integração do pessoal em situação jurídica irregular decorrente do Decreto-Lei n.º 81-A/96, de 21 de junho;
Membro da Comissão de Eleições para o Conselho dos Oficiais de Justiça em diversos processos eleitorais;
Responsável pela tramitação de diversos processos eleitorais do Conselho dos Oficiais de Justiça;
Membro efetivo de diversos júris de procedimentos concursais.

209325817

## Polícia Judiciária

### Aviso n.º 1799/2016

Para cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, faz-se pública a lista nominativa dos trabalhadores do mapa de pessoal da Polícia Judiciária que cessaram funções no período compreendido entre 1 e 31 de janeiro de 2016:
Por motivo de aposentação:

Maria Adélia dos Santos Vasconcelos Amorim, Chefe de Setor, em 01-01-2016;

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

2 de fevereiro de 2016. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto,* chefe de área.

209325233

### Despacho (extrato) n.º 2303/2016

Por despacho de 21.01.2016 da Ministra da Justiça:

Fernando Alexandre Moreira Barbarroxa, Inspetor de escalão 4 do mapa de pessoal da Polícia Judiciária, na situação de licença sem remuneração para o exercício de funções em organismo internacional — autorizado o regresso ao serviço, com efeitos a 01 de janeiro de 2016.
(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

01 de fevereiro de 2016. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*, chefe de área.

209323954

# CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR E EDUCAÇÃO

## Secretaria-Geral da Educação e Ciência

### Despacho n.º 2304/2016

Considerando que por meu Despacho n.º 10753/2012, de 25 de julho, publicado no *Diário da República* n.º 153, 2.ª série, de 8 de agosto, procedi à criação da Unidade de Valorização do Teatro Thalia integrado no Palácio das Laranjeiras, unidade de projeto temporária com o objetivo